



# CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ - PR



EDITAL Nº 01/2016 – ESTATUTÁRIO

## PROCURADOR JURÍDICO

NOME DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Você recebeu do fiscal este **CADERNO DE QUESTÕES** com as 60 (sessenta) questões da prova objetiva numeradas sequencialmente e distribuídas sem falhas ou repetições.

MATÉRIA	QUESTÕES
DIREITO CONSTITUCIONAL	01 a 10
DIREITO ADMINISTRATIVO	11 a 20
DIREITO CIVIL	21 a 30
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	31 a 40
DIREITO TRIBUTÁRIO	41 a 45
DIREITO FINANCEIRO	46 a 50
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA	51 a 60

Sobre a carteira, está disponível a **FOLHA DE RESPOSTA PERSONALIZADA** para transcreever as respostas da prova objetiva. Na Folha de Respostas, realize a conferência de seu nome completo, do número de seu documento e do número de sua inscrição. As divergências devem ser comunicadas ao fiscal para as devidas providências.

1. Este Caderno de Questões não deve ser folheado antes da autorização do Fiscal.
2. Observe se o **Cargo** especificado no Caderno de Questões é o correspondente ao cargo no qual você fez a inscrição. Caso não esteja correto, solicite a substituição para o Fiscal de sala, o qual deverá lhe fornecer o Caderno de Questões correto.
3. Após ser autorizado pelo Fiscal, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão, e se a numeração das questões está correta.
4. Utilize, obrigatoriamente, **Caneta Esferográfica Transparente**, com tinta de cor azul ou preta na marcação da Folha de Respostas.
5. Leia atentamente cada questão da prova e assinale na Folha de Respostas a opção que a responda corretamente.

Exemplo:

<input type="checkbox"/> A	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
----------------------------	-------------------------------------	----------------------------	----------------------------

6. A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados.
7. Você dispõe de **04 (quatro)** horas para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça com tranquilidade, mas controle seu tempo.
8. Iniciada a prova, somente será permitido deixar definitivamente a sala após 60 (sessenta) minutos.
9. Após o término da prova, entregue ao Fiscal a **FOLHA DE RESPOSTAS** devidamente assinada.
10. Somente será permitido levar o **CADERNO DE QUESTÕES** se o candidato permanecer na sala até os últimos 30 (trinta) minutos que antecedem o encerramento da prova.
11. **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:
  - Deixar o local de realização da prova objetiva sem a devida autorização.
  - Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.
  - Proceder de forma a tumultuar a realização da prova objetiva.
  - Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por quaisquer meios e usar de meios ilícitos para obter vantagens para si ou para outros.
  - For surpreendido portando ou manuseando aparelho eletrônico nas demais dependências do estabelecimento durante a realização da prova objetiva.
  - For surpreendido portando qualquer equipamento que venha a emitir ruídos sonoros, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences, durante a realização da prova.
12. Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à Polícia Civil, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.
13. Os **03 (três) últimos candidatos** só poderão sair da sala juntos, após o fechamento do envelope contendo a lista de presença, a ata e as Folhas de Respostas da sala. Esses candidatos deverão assinar o envelope de retorno de provas.
14. O candidato que terminar sua prova não poderá utilizar os banheiros destinados aos candidatos que ainda estiverem realizando.
15. **Está disponível no verso da capa (página 2) do Caderno de Questões um gabarito para ser preenchido e destacado. Este pode ser levado pelo candidato.**



**Questão 01**

**No que tange à classificação da atual Constituição Federal brasileira, assinale a alternativa CORRETA.**

- (A) A Constituição brasileira é promulgada, escrita, sintética, histórica.
- (B) A Constituição brasileira é promulgada, escrita, analítica, dogmática.
- (C) A Constituição brasileira é outorgada, consuetudinária, sintética, dogmática.
- (D) A Constituição brasileira é outorgada, consuetudinária, analítica, histórica.

**Questão 02**

**Assinale a alternativa que contém a definição CORRETA de poder constituinte originário.**

- (A) Poder constituinte originário é aquele poder, inerente à Constituição rígida que se destina a modificar essa Constituição segundo o que ela estabelece.
- (B) Poder constituinte inaugural é aquele que possui competência reformadora, com a capacidade de modificar a Constituição Federal, por meio de emendas constitucionais.
- (C) Poder constituinte genuíno é aquele que deve obedecer às regras colocadas e impostas pelo poder derivado.
- (D) Poder constituinte inicial é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente.

**Questão 03**

**Sobre os princípios fundamentais na Constituição brasileira, assinale a alternativa que NÃO constitui um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, segundo o contido literalmente no art. 3º:**

- (A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (D) Promover a segurança nacional e a defesa dos cidadãos brasileiros no exterior.

**Questão 04**

**Pode-se conceituar a nacionalidade como um vínculo jurídico-político que liga a pessoa a um determinado Estado. Sendo assim, assinale a alternativa CORRETA, que atende o disposto no art. 12 da Constituição Federal sobre nacionalidade:**

- (A) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

- (B) São privativos de brasileiros natos o cargo de Senador da República.
- (C) A lei poderá, em regra, estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
- (D) São brasileiros natos os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

**Questão 05**

**O mandado de segurança é regido pela lei 12.016, bem como por disposições constitucionais. Nessa toada, de acordo com o regramento aplicável, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
- (B) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- (C) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial, praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (D) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, não impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.

**Questão 06**

**De acordo com disposição constitucional contida no art. 29, sobre os municípios, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- (B) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em um turno, com o interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- (C) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- (D) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.



**Questão 07**

**Assinale a alternativa CORRETA. Segundo a Constituição Federal, para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:**

- (A) 10 (dez) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.
- (B) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes.
- (C) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes e de até 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes.
- (D) 30 (trinta) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes.

**Questão 08**

**Com referência à intervenção, assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com o que dispõe expressamente o art. 35 da Constituição Federal.**

- (A) O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por um ano completo, a dívida fundada.
- (B) O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- (C) O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- (D) O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

**Questão 09**

**Sobre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, assinale a alternativa CORRETA.**

- (A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por maioria absoluta de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados, proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

- (C) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar, por dois terços dos membros e por voto aberto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- (D) Compete privativamente à Câmara dos Deputados fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Questão 10**

**NÃO pode propor a ação direta de inconstitucionalidade.**

- (A) A Mesa do Senado Federal.
- (B) A Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- (C) Partido político sem representação no Congresso Nacional.
- (D) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

**DIREITO ADMINISTRATIVO****Questão 11**

**Um dos princípios mais conhecidos no Direito Administrativo é o da legalidade. Nesse sentido, assinale a alternativa que define CORRETAMENTE esse princípio.**

- (A) O princípio da legalidade aduz que a Administração Pública somente pode praticar as condutas autorizadas em lei.
- (B) O princípio da legalidade aduz que a Administração Pública pode fazer tudo aquilo que não é vedado pela lei, havendo liberdade por parte do Administrador.
- (C) O princípio da legalidade aduz que a Administração Pública tem o dever de divulgar todos os atos administrativos.
- (D) O princípio da legalidade aduz que a Administração Pública por meio das leis reforça a exigência dos preceitos básicos morais da sociedade.

**Questão 12**

**Sabe-se que as agências reguladoras são autarquias com regime especial. Dessa senda, assinale a alternativa INCORRETA sobre elas.**

- (A) Os dirigentes são protegidos contra o desligamento imotivado.
- (B) Nas agências reguladoras, os dirigentes permanecem na função por prazo determinado.
- (C) No regramento de determinadas agências reguladoras, é permitida a recondução de dirigentes.
- (D) A exoneração dos dirigentes nas agências reguladoras é conhecida como "ad nutum".



**Questão 13**

Acerca da discricionariedade, assinale a alternativa que NÃO contém uma explicação correta para a existência de competência discricionária:

- (A) Impossibilidade material de regrear todas as situações.
- (B) Dever da Administração de distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes.
- (C) Impossibilidade lógica de supressão da discricionariedade.
- (D) Intenção deliberada do legislador.

**Questão 14**

Assinale a alternativa que possui um exemplo de bem de uso especial, segundo entende a doutrina administrativista.

- (A) Praças.
- (B) Edifício de repartição pública.
- (C) Florestas.
- (D) Terras devolutas.

**Questão 15**

No tocante ao poder de polícia, assinale a alternativa que possui conceito doutrinário INCORRETO sobre o tema.

- (A) É a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.
- (B) Atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.
- (C) É atividade da Administração Pública baseada na discricionariedade, consistente no estabelecimento das liberdades das propriedades particulares.
- (D) Prerrogativa de direito público que, calcada em lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade.

**Questão 16**

No que tange a lei 11.079 em seu artigo 2º, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É permitida a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- (B) É permitida a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
- (C) É permitida a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja de três anos.

- (D) É permitida a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja de sete anos.

**Questão 17**

A lei 11.079 instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Nesse diapasão, na contratação de parceria público-privada, qual das diretrizes abaixo citadas NÃO será observada?

- (A) Eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade.
- (B) Respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução.
- (C) Delegabilidade das funções de regulação jurisdicional do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado.
- (D) Repartição objetiva de riscos entre as partes.

**Questão 18**

É notório que a Constituição Federal possui diversos artigos que tratam do tema da desapropriação. Nessa toada, assinale a alternativa que NÃO possui um fundamento ensejador da desapropriação, a teor do disposto no art. 5º, inc. XXIV.

- (A) Segurança jurídica.
- (B) Necessidade pública.
- (C) Utilidade pública.
- (D) Interesse social.

**Questão 19**

São estáveis, após determinado período de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Qual é o período CORRETO em que o servidor alcança estabilidade?

- (A) 1 ano.
- (B) 3 anos.
- (C) 5 anos.
- (D) 7 anos.

**Questão 20**

O Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores. Logo no artigo 1º, são enumerados vários crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal, que estão sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário. Nessa seara, a condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos nesse artigo acarreta a perda de cargo e a inabilitação, por determinado prazo, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular. Assim, no que toca esse decreto-lei, qual é o prazo de inabilitação?

- (A) O prazo é de 10 anos.
- (B) O prazo é de 07 anos.
- (C) O prazo é de 05 anos.
- (D) O prazo é de 03 anos.



**Questão 21**

De acordo com as regras previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente promulgada.
- (B) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo para início do vigor da lei começará a correr da nova promulgação.
- (C) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (D) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com os princípios gerais de direito, os costumes, a jurisprudência e a analogia, nessa ordem.

**Questão 22**

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) São pessoas jurídicas de direito público interno: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas; as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- (B) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- (C) São pessoas jurídicas de direito privado: as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos, as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- (D) Decai em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

**Questão 23**

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A incapacidade absoluta de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (B) Não dispendo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- (C) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não

querer o que manifestou, se dela o destinatário tinha conhecimento.

- (D) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.

**Questão 24**

Acerca do Direito das Obrigações, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela, embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- (B) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais não poderá exigir aumento no preço.
- (C) Se a obrigação for de restituir coisa certa e essa, por culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
- (D) Até a tradição da coisa, os frutos percebidos são do devedor, tal qual os pendentes.

**Questão 25**

Assinale a alternativa INCORRETA acerca das modalidades de obrigações previstas no Código Civil:

- (A) Nas obrigações de dar coisa incerta, a referida coisa será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.
- (B) Nas obrigações de fazer, incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.
- (C) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- (D) Havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, esta se presume dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores.

**Questão 26**

Assinale a alternativa CORRETA acerca das disposições gerais e da formação dos contratos, previstas no Código Civil.

- (A) A herança pode ser objeto de contrato, ainda que de pessoa viva, devendo-se, nesse caso, haver anuência expressa do autor da herança.
- (B) Pode revogar-se a oferta pela mesma via de sua divulgação, desde que ressalvada essa faculdade na oferta realizada.
- (C) Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, sempre que o proponente se houver comprometido a esperar resposta.
- (D) Se o negócio for daqueles em que seja costume a aceitação expressa, reputar-se-á concluído o contrato, não chegando a tempo a recusa.



**Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (B) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- (C) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- (D) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança.

**Assinale a alternativa CORRETA atentando-se as regras previstas no Código Civil para aplicação da prescrição.**

- (A) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- (B) Prescreve em três anos a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele.
- (C) Prescreve em três anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
- (D) Prescreve em cinco anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

**Assinale a alternativa CORRETA.**

- (A) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente, durante três anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
- (B) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- (C) Aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- (D) Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por três anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

**De acordo com as disposições da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73), assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Os livros de escrituração serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo oficial do registro, podendo ser utilizado, para tal fim, processo mecânico de autenticação previamente aprovado pela autoridade judiciária competente.
- (B) O registro civil de pessoas naturais funcionará somente nos dias úteis.
- (C) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
- (D) No caso de recusa ou retardamento na expedição da certidão, o interessado poderá reclamar à autoridade competente, que aplicará, se for o caso, a pena disciplinar cabível.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**Assinale a alternativa INCORRETA acerca das normas fundamentais previstas no Código de Processo Civil vigente (Lei 13.105/2015).**

- (A) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.
- (B) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, salvo nos casos em que envolver matéria de ordem pública, hipótese em que o juiz decidirá de ofício, sem que para isso tenha que oportunizar às partes manifestar-se.
- (C) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- (D) Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

**Acerca das regras de competência previstas no Código de Processo Civil vigente (Lei 13.105/2015), assinale a alternativa CORRETA.**

- (A) Determina-se a competência no momento do recebimento da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- (B) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a



partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, salvo quando o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

- (C) É competente o foro do lugar da sede da serventia notarial ou de registro, para a ação de reparação de dano por ato praticado em razão do ofício.
- (D) É competente o foro de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, salvo no caso de aeronaves.

**Questão 33**

**Assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
- (B) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- (C) Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- (D) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, desde que haja conexão entre eles.

**Questão 34**

**Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, formando, assim, um litisconsórcio. Acerca do referido instituto, assinale a alternativa CORRETA.**

- (A) O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- (B) O litisconsórcio será facultativo por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- (C) O juiz não poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, sob pena de caracterização de cerceamento de defesa.
- (D) Os litisconsortes sempre serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

**Questão 35**

**Acerca do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica previsto nos artigos 133 e seguintes do Código de Processo Civil vigente (Lei 13.105/2015), assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- (B) O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de execução, inclusive no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial, não sendo admissível na fase de conhecimento.
- (C) A instauração do incidente, em regra, suspenderá o processo, salvo no caso em que a desconconsideração da personalidade jurídica já for requerida na petição inicial.
- (D) O incidente será resolvido por decisão interlocutória.

**Questão 36**

**Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. Acerca da reconvenção, assinale a alternativa CORRETA.**

- (A) Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 10 (dez) dias.
- (B) A reconvenção pode ser proposta contra o autor e seu litisconsorte, sendo vedada contra terceiro.
- (C) O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.
- (D) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

**Questão 37**

**Sobre tutelas provisórias, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.
- (B) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.
- (C) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.





- (D) A tutela de urgência de natureza antecipada será concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

**Questão 38**

**Acerca das ações possessórias, assinale a alternativa CORRETA.**

- (A) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.
- (B) É ilícito ao autor cumular ao pedido possessório pedido de condenação em perdas e danos ou indenização dos frutos, tendo em vista a incompatibilidade dos ritos entre as demandas.
- (C) É ilícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
- (D) Na pendência de ação possessória é autorizado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, ainda que em face ou não de terceira pessoa.

**Questão 39**

**Acerca das diversas espécies de execução previstas no Código de Processo Civil vigente, assinale a alternativa CORRETA.**

- (A) Nas obrigações alternativas, quando a escolha couber ao devedor, esse será citado para exercer a opção e realizar a prestação dentro de 30 (trinta) dias, se outro prazo não lhe foi determinado em lei ou em contrato.
- (B) Na execução, o despacho que ordena a citação interrompe a prescrição, ainda que proferido por juízo incompetente.
- (C) É anulável a execução se o título executivo extrajudicial não corresponder a obrigação certa, líquida e exigível.
- (D) Quando, por vários meios, o exequente puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos oneroso para o exequente.

**Questão 40**

**Acerca dos Recursos previstos pelo Código de Processo Civil/2015, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) São cabíveis os seguintes recursos: apelação; agravo de instrumento; agravo interno; embargos de declaração; recurso ordinário; recurso especial; recurso extraordinário; agravo em recurso especial ou extraordinário; e embargos de divergência.
- (B) Quando o Recurso for interposto por terceiro, cumpre a ele demonstrar a possibilidade de uma decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se

afirme titular ou que possa discutir em juízo como substituto processual.

- (C) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte, salvo nos casos de revelia.
- (D) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquele objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**Questão 41**

**No tocante aos Tributos, de acordo com a legislação e doutrina pátria, analise as assertivas a seguir, considerando (V) para a(s) verdadeira(s) e (F) para a(s) falsa(s) e, em seguida, assinale a alternativa correspondente a sequência CORRETA, de cima para baixo.**

- ( ) A definição de tributo tem sede legal no artigo 3º do Código Tributário Nacional, que traz a “definição oficial” de tributo, lavrada nos seguintes termos: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa relativamente vinculada”.
- ( ) É lícito entender que o Código Tributário Nacional permite a quitação de créditos tributários mediante a entrega de outras utilidades que possam ser expressas em moedas, desde que tais hipóteses estejam previstas no próprio texto do Código, posto que em seu artigo 141, o Código Tributário Nacional, afirma que o crédito tributário somente se extingue nas hipóteses nele previstas.
- ( ) O tributo é receita derivada, cobrada pelo Estado, no uso de seu poder de império.
- ( ) Tanto a multa quanto o tributo são espécies de receita derivada, no entanto a multa é por definição a sanção por um ato ilícito, já o tributo possui excepcionalmente finalidade sancionatória.
- (A) V, V, V, V.  
(B) F, F, F, F.  
(C) F, V, F, F.  
(D) F, V, V, F.

**Questão 42**

**É contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS:**

- (A) O prestador do serviço.  
(B) O tomador do serviço.  
(C) Qualquer das partes na operação tributada, que será estipulada no contrato.  
(D) O proprietário do bem.



A respeito da exclusão do crédito tributário assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Excluir o crédito tributário significa impedir sua cobrança após a constituição do crédito tributário.
- (B) A exclusão de créditos tributários trata-se de situação em que, não obstante a ocorrência do fato gerador e o lançamento do crédito tributário, não existirá a obrigação de pagamento.
- (C) Isenção é uma das hipóteses de exclusão do crédito tributário, a dispensa legal do pagamento do tributo devido. No entanto, segundo entendimento majoritário do judiciário, a isenção não é causa de não incidência tributária, pois, mesmo com a isenção, os fatos geradores continuam a ocorrer, gerando as respectivas obrigações tributárias, sendo apenas excluída a etapa do lançamento e, por conseguinte, a constituição do crédito.
- (D) Segundo o Código Tributário Nacional, existe apenas uma hipótese de exclusão do crédito tributário que é a isenção.

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA.

- I. Para o direito tributário, não existe relevância se a situação que teve como consequência a ocorrência do fato gerador configure ato ilícito, mesmo que criminal, segundo o Princípio do *pecunia non olet*.
  - II. Para o Código Tributário Nacional, a capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais.
  - III. Segundo o Código Tributário Nacional, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: a analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a equidade.
  - IV. Segundo o Código Tributário Nacional, a atividade administrativa de lançamento é discricionária e obrigatória.
- (A) Somente I, II e IV estão corretas.
  - (B) Somente IV está incorreta.
  - (C) Somente III está correta.
  - (D) Todas estão corretas.

No tocante à competência tributária é CORRETO afirmar:

- (A) A competência tributária pode ser entendida como sinônimo de competência para legislar sobre direito tributário, sendo o poder constitucionalmente atribuído para editar leis que versem sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

- (B) A Constituição Federal criou diversos tributos que hoje são cobrados pelos municípios brasileiros.
- (C) A competência tributária é delegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.
- (D) Os Municípios possuem competência tributária privativa para instituírem os seguintes impostos, tributos não vinculados, IPTU ( imposto sobre propriedade predial e territorial urbana); ITBI (imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição); ISS ( imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, do Código Tributário Nacional, definidos em lei complementar).

## DIREITO FINANCEIRO

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA.

- I. O direito financeiro tem por objetivo disciplinar a atividade financeira do Estado e, assim, estabelecer regras relativas aos três pilares dessa atividade: o orçamento público, a receita pública e a despesa pública.
  - II. O princípio da economicidade é um dos princípios do direito financeiro, estando enunciado no artigo 70, caput, da Constituição Federal. Este princípio é relativo à exigência de eficiência, do ponto de vista político, do gasto público: com o máximo de recursos possíveis, deve-se atingir o máximo de satisfação das necessidades públicas.
  - III. Nos termos do art. 24, I, da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre o direito financeiro.
  - IV. A União ficará adstrita à criação de normas gerais de direito financeiro. Caso a União não estabeleça normas gerais, os Estados e o Distrito Federal exercerão competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades e o advento posterior de norma geral da União invalida completamente a lei estadual.
- (A) Todas estão corretas.
  - (B) Todas estão incorretas.
  - (C) Somente II e III estão corretas.
  - (D) Somente II e IV estão incorretas.

Acerca do orçamento público no Brasil analise os itens subsequentes, considerando (V) para o(s) verdadeiro(s) e (F) para o(s) falso(s) e, em seguida, assinale a alternativa correspondente a sequência CORRETA, de cima para baixo.



- ( ) A Constituição Federal estabelece três leis orçamentárias em nosso ordenamento jurídico, todas de iniciativa do Poder Legislativo.
- ( ) Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, proposta de emenda orçamentária oferecida pelo Poder Legislativo não viola a competência do Poder Executivo para iniciar projetos de leis orçamentárias, desde que observadas as vedações orçamentárias previstas na Constituição Federal.
- ( ) No Brasil, via de regra, o orçamento público é autorizativo e não impositivo. Assim, o que se tem é mera previsão de gastos, de modo que a previsão de uma dada despesa não necessariamente implica em sua realização, já que o Poder Executivo possui discricionariedade para ajustar os gastos diante das necessidades.
- (A) F, V, F.  
(B) V, F, F.  
(C) F, V, V.  
(D) V, F, V.

**Questão 48**

**O Plano Plurianual - PPA:**

- (A) Terá vigência de 3 (três) anos.
- (B) É uma lei orçamentária que assume papel de ser o padrão do planejamento das ações do Governo pelos próximos quatro anos.
- (C) É do interesse do PPA disciplinar despesas com o custeio da máquina pública - chamadas despesas correntes.
- (D) Tem por objetivo estabelecer de forma generalizada as diretrizes da Administração Pública, sem estabelecer metas e objetivos para a despesa de capital.

**Questão 49**

**A respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO é INCORRETO afirmar:**

- (A) A LDO é de iniciativa privativa do Poder Legislativo.
- (B) A LDO terá vigência de apenas um ano.
- (C) A LDO deve garantir a concretização do Plano Plurianual.
- (D) A LDO tem por função precípua estabelecer as metas e prioridades da Administração Pública pelo período de um ano.

**Questão 50**

**Análise as assertivas abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A Lei Orçamentária Anual - LOA - é a lei orçamentária mais concreta de todas, visto que dispõe quase exclusivamente acerca das

despesas e receitas para o exercício financeiro seguinte.

- (B) Segundo o princípio da exclusividade, a Lei Orçamentária Anual - LOA - não conterá dispositivos estranhos à fixação de despesa e previsão de receita.
- (C) Como única exceção do princípio da exclusividade na Lei Orçamentária Anual - LOA - está a autorização para abertura de crédito suplementar.
- (D) O princípio da exclusividade no tocante a Lei Orçamentária Anual - LOA comporta duas exceções, dentre elas, a autorização para abertura de crédito suplementar.

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA**

**Questão 51**

**Acerca da Lei Orgânica do Município de Cambará é CORRETO afirmar:**

- (A) O Município de Cambará não possui personalidade jurídica, embora tenha legitimidade para estar em juízo para defender suas prerrogativas constitucionais.
- (B) O Município de Cambará possui soberania política e autonomia administrativa, embora esteja financeiramente subordinado ao Estado do Paraná.
- (C) São poderes do Município de Cambará independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, e o Judiciário.
- (D) Ao Município de Cambará compete instituir guarda municipal destinada a proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a Lei.

**Questão 52**

**É INCORRETO afirmar que compete ao Município de Cambará:**

- (A) Legislar concorrentemente com os Estados, Distrito Federal sobre direito financeiro.
- (B) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- (C) Instituir e arrecadar tributos de sua competência.
- (D) Promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e de ocupação do solo urbano.

**Questão 53**

**Acerca do Processo Legislativo Municipal analise os itens abaixo, considerando (V) para o(s) verdadeiro(s) e (F) para o(s) falso(s) e, em seguida, assinale a alternativa correspondente a sequência CORRETA, de cima para baixo.**

- ( ) O processo legislativo municipal não compreende a elaboração de Resoluções.



- ( ) A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta de 1/3 (um terço), no máximo, dos membros da Câmara Municipal.
- ( ) Não será admitido regime de urgência na tramitação de emenda à Lei Orgânica Municipal.
- ( ) As leis complementares serão discutidas e votadas em dois turnos, com interstício mínimo de 15 (quinze) dias.
- (A) V, V, V, V.  
(B) F, F, V, F.  
(C) F, V, V, F.  
(D) V, F, V, F.

**Questão 54**

Analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA.

- I. As leis ordinárias serão aprovadas pela maioria simples dos membros da Câmara Municipal de Cambará.
- II. Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvados, neste caso, os Projetos de Leis Orçamentárias.
- III. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação do Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores inscritos no Município.
- IV. O Projeto de Lei aprovado pela Câmara será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo seu Presidente ao Prefeito Municipal que, concordando, o sancionará no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- (A) Todas estão incorretas.  
(B) Todas estão corretas.  
(C) Apenas I e IV estão incorretas.  
(D) Apenas III está correta.

**Questão 55**

A respeito da Transição Administrativa, de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, é INCORRETO afirmar:

- (A) Até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais o Prefeito Municipal deverá preparar, para entregar ao sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da administração Municipal.
- (B) É vedado ao Prefeito Municipal assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para a execução de programas ou projetos que vençam após o término do seu mandato, não previstos na legislação orçamentária.
- (C) Mesmo em casos de calamidade pública, ao Prefeito Municipal é vedado assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para a execução de programas ou projetos que vençam após o término do seu mandato, não previstos na legislação orçamentária.

- (D) O relatório da situação da administração municipal conterá, dentre outras informações, a informação atualizada a respeito da situação dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados.

**Questão 56**

A respeito das sessões extraordinárias da Câmara Municipal de Cambará é CORRETO afirmar:

- (A) Em qualquer caso, a requerimento do Prefeito Municipal, a Câmara Municipal de Cambará se reunirá em sessão extraordinária.
- (B) A maioria simples dos membros da Câmara Municipal pode requerer sessão extraordinária da Casa de Leis.
- (C) Apenas a Mesa Diretora da Câmara Municipal pode requerer sessão extraordinária.
- (D) O Presidente da Câmara Municipal, em caso de urgência ou de interesse público relevante, pode convocar sessão extraordinária da Câmara Municipal.

**Questão 57**

A perda de mandato do vereador:

- (A) Deve ser declarada pelo Presidente da Câmara Municipal.
- (B) Deve ser declarada de ofício mediante iniciativa da maioria absoluta de membros da Câmara Municipal.
- (C) Não poderá ser feita mediante iniciativa de partido político, mesmo que este tenha representação na Câmara Municipal.
- (D) Pode ser declarada de ofício pela Mesa da Câmara Municipal.

**Questão 58**

No tocante às Comissões na Câmara Municipal de Cambará, é INCORRETO afirmar:

- (A) A comissão executiva, composta pelo Presidente, Vice-Presidente e pelo Secretário da Câmara Municipal, não é órgão permanente de direção administrativa e financeira do Poder Legislativo do Município.
- (B) A comissão de legislação, justiça e redação é comissão permanente da Câmara Municipal.
- (C) A Comissão de economia, finanças e fiscalização é comissão permanente da Câmara Municipal.
- (D) As comissões permanentes serão compostas por 3 (três) membros.

**Questão 59**

A respeito da elaboração legislativa, é CORRETO afirmar:



- (A) Toda a matéria sujeita à apreciação da Câmara, de suas comissões, da Mesa e da Presidência, tomará forma de proposição.
- (B) O projeto não precisa ter sua inclusão na pauta da Ordem do Dia anunciada, no mínimo, com vinte e quatro horas de antecedência, para ser discutido e votado.
- (C) Indicação, não é um tipo de proposição, pois nela o vereador apenas solicita a manifestação da Câmara Municipal acerca de determinado assunto, visando à elaboração de projeto sobre matéria de competência do Legislativo.
- (D) O requerimento é proposição que deve ser dirigida exclusivamente ao Presidente da Câmara Municipal.

**Questão 60**

**Será sujeito à decisão imediata do Presidente da Câmara Municipal:**

- (A) Requerimento que solicite prorrogação da sessão.
- (B) Requerimento que solicite a votação da proposição por títulos, capítulos e seções.
- (C) Requerimento que solicite a inversão da ordem do dia.
- (D) Requerimento verbal que solicite retificação de ata.

